

FAKENEWS, IMPLICAÇÕES SOCIAIS E URGÊNCIA DO DIÁLOGO NA EDUCAÇÃO¹

Roberto Cardoso Freire da Silva²
<https://orcid.org/0000-0001-7481-1568>

Jaciara de Sá Carvalho³
<https://orcid.org/0000-0003-1497-3930>

RESUMO: Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a necessidade da adoção de abordagens que problematizem o uso de tecnologias e mídias no processo educativo como forma de enfrentamento ao fenômeno da desinformação. O artigo está estruturado em três partes: começa com uma exposição que busca caracterizar “Fake News” e algumas implicações para processos sociais; depois, apresenta referenciais teóricos e exemplos de ações para o enfrentamento deste e de outros problemas envolvendo mídias e tecnologias; e, então, relaciona brevemente as duas primeiras partes nas considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: Fake News, Educação crítica, Tecnoliteracia, Letramento digital, Mídia-educação, Educomunicação.

FAKENEWS, SOCIAL IMPLICATIONS AND URGENCY OF DIALOGUE IN EDUCATION

ABSTRACT: This work presents a reflection on the need to adopt approaches that problematize the use of technologies and media in the educational process as a way to face the phenomenon of disinformation. The article is structured in three parts: it begins with an exhibition that seeks to characterize “Fake News” and some implications for social processes; then, it presents theoretical references and examples of actions to face this and other problems involving media and technologies; and then briefly

¹ Este trabalho integra uma pesquisa que será publicada em 2020 com financiamento da CAPES

² Mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação da UNESA, especialista em Gestão Estratégica pela (UCAM-RJ) e em Didática do Ensino Superior (FEAP). Ex-professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ-Rio/FAETEC). Atual pesquisador bolsista no Instituto Nacional de Tecnologia (INT). E-mail: rcardosofreire@gmail.com.

³ Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESA. É doutora e mestre em Educação pela USP, especialista em Gestão de Processos de Comunicação/ Educomunicação (ECA/USP), bacharel em Comunicação (PUC-SP), com diploma, ainda, em Magistério (nível técnico). Coordena o Conexões: Estudos e Pesquisas em Educação e Tecnologia (CEPETec/CNPq). E-mail: jsacarvalho@gmail.com.

lists the first two parts in the closing remarks.

KEYWORDS: Fake News, Critical education, Technoliteracy, Digital literacy, Media education, Educommunication.

FAKENEWS, IMPLICACIONES SOCIALES Y URGENCIA DEL DIÁLOGO EN LA EDUCACIÓN

RESUMEN: Este trabajo presenta una reflexión sobre la necesidad de adoptar enfoques que problematicen el uso de tecnologías y medios en el proceso educativo como una forma de enfrentar el fenómeno de la desinformación. El artículo está estructurado en tres partes: comienza con una exposición que busca caracterizar “Fake News” y algunas implicaciones para los procesos sociales; luego, presenta referencias teóricas y ejemplos de acciones para enfrentar este y otros problemas relacionados con los medios y las tecnologías; y luego enumera brevemente las dos primeras partes en los comentarios finales.

PALABRAS CLAVE: Fake News, Educación crítica, Alfabetización tecnológica, Alfabetización digital, Educación en medios, Educomunicación.

Introdução

O fenômeno das *Fake News*, que ganhou notoriedade no atual cenário brasileiro – especialmente no período das eleições de 2018 –, tem nos demonstrado a importância de uma Educação crítica para as mídias. Episódios de violência, intolerância e a incapacidade do judiciário e das políticas públicas em lidar com a situação têm sido noticiados pela grande mídia (PERON; MARTINS, 2018), apontando-nos a urgência na retomada das discussões no campo da Educação a partir de uma abordagem crítica (MOROSOV apud ROSSI, 2018).

A preocupação com os possíveis impactos das *Fake News* no processo democrático e na garantia da ordem durante o pleito de 2018 levou a Procuradora Geral da União, Raquel Dodge, a convocar uma reunião com o intuito de evitar agressões recorrentes em um ambiente de forte polarização política e garantir o pleito democrático no segundo turno das eleições (PERON; MARTINS, 2018; CAMAROTTO, 2018). Um dos casos de violência de grande repercussão no período, atribuído às tensões ampliadas pelas *Fake News nas redes sociais*, foi o assassinato do “mestre de capoeira Romualdo Rosário da Costa, [...] em Salvador. Depois do resultado do primeiro turno, na madrugada

de segunda-feira, o capoeirista defendeu o voto em Fernando Haddad (PT) enquanto o agressor defendia o apoio a Jair Bolsonaro (PSL).” (PERON; MARTINS, 2018). Os episódios de violência ocorridos levaram, mais tarde, o candidato Jair Bolsonaro a “lamentar os episódios, mas não ter controle diante da situação.” (FERNANDES, 2018). A reunião da Procuradoria Geral da República (PGR) deu origem a uma “instrução normativa” de cinco páginas, em que a expressão *Fake News* aparece demonstrando a preocupação por parte da PGR com seu potencial de manipulação. O documento foi criado com a intenção de orientar procuradores regionais e eleitorais quanto aos procedimentos de fiscalização para o segundo turno das eleições, visando:

[...]assegurar o livre exercício do voto, eleições justas e livres e a democracia preconizada na Constituição, notadamente as que caracterizam notícias falsas (*fake news*) e discursos e práticas de coação, ódio e intolerância com motivação políticoeleitoral [...]. Instruir a adoção das medidas, inclusive judiciais, necessárias para, entre outras: resguardar a livre manifestação de pensamento e convicções políticas por parte dos cidadãos não violadora de outros bens jurídicos igualmente tutelados pela ordem constitucional [e] promover a responsabilização por ato de propaganda eleitoral irregular que (Código Eleitoral, arts. 242 e 243). (BRASIL, 2018, p. 02, grifo nosso).

Outro caso de violência, seguido de morte, que teria sido influenciado por falsos boatos espalhados nas redes sociais, foi o assassinato da “dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, [que morreu] dois dias após ter sido espancada por dezenas de moradores de Guarujá, no litoral de São Paulo.” (ROSSI, 2018). A moradora teria sido confundida com uma pessoa que estava sendo acusada, na página de uma mídia social, de sequestrar e matar uma criança para rituais de “magia negra” (CASTRO; ROSSI, 2018). O acontecimento ilustraria o fato de que, apesar de seu crescimento acentuado durante os períodos eleitorais, as *Fake News* não estariam restritas a isso, apresentando potencial de mudar vidas e de criar estragos de diversas formas, nos mais variados contextos.

Outra questão que estaria indo na contramão das necessidades apontadas – nas discussões acerca das *Fake News* – pode ser observada nas políticas públicas, em especial na criação de projetos limitadores do diálogo nas salas de aula, tais como o projeto **Escola sem partido** e a **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Conforme observa Fagundez (2018), “mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula”.

Para a autora, “mesmo que apenas 14 [destas propostas] tenham sido aprovados em Estados como Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba, a percepção de que o projeto está valendo teria se espalhado”. Gerando desconforto em professores de diversos estados para abordar temáticas que possam estar relacionadas, ou ser associadas, com medo de represálias. Este mesmo caráter limitador das discussões também vem sendo observado e amplamente criticado na BNCC, pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e pela Associação Brasileira de Currículo (ABDC), as quais:

[...] manifestam-se contrariamente ao documento orientador de políticas para Educação Básica/Ensino Médio apresentado pela SEB/MEC [...] sustentada no entendimento de que a proposta atenta contra o direito constitucional dos estudantes e da sociedade à educação e à formação cidadã desconsiderando que as pessoas chegam à escola com conhecimentos, pertencimentos culturais e sociais diferentes [...] ignora a pluralidade do mundo, das escolas e de seus sujeitos, adotando modelo que, já sabemos, está fadado ao fracasso (ANPED, p. 01-02, 2018).

Neste sentido observa-se a restrição do diálogo quando ignoradas as diferentes culturas, sujeitos e respectivas visões, na construção de uma sociedade cidadã (FREIRE, 2002, 2005). No que se refere às *Fake News*, os debates em sala de aula estariam restritos a visões e modelos específicos, determinados por interesses dominantes, inviabilizando o amplo debate de temas sociais relevantes, necessários para a compreensão crítica de fenômenos complexos, nos quais se enquadram as *Fake News*.

Morozov (apud Rossi, 2018) atribui o crescimento das *Fake News* à combinação de interesses diversos, que delas se beneficiam de variadas maneiras. Observa o autor que a própria lógica de negócio em que mídias sociais estão inseridas, determinando quais informações devem ser mostradas aos usuários com base no engajamento⁴, colabora na difusão destas notícias, nos alertando para as implicações sociais trazidas:

a democracia está em perigo devido a uma mudança radical na forma que a informação é produzida e consumida: hoje, o debate público segue a lógica de negócios das empresas de tecnologia (estamos falando de Google, Facebook, WhatsApp, Twitter). Isso deteriora a comunicação política, potencializa *Fake News* e pode até manipular o eleitor. (MOROZOV apud ROSSI, 2018).

⁴ É a interação dos usuários por meio das postagens nas mídias sociais. Quando esta alcança índices elevados, o conteúdo disponibilizado é ampliado para um maior número de pessoas (RIBEIRO, 2016).

Morozov (apud ROSSI, 2018) ressalta, no entanto, que suas observações não têm a intenção de julgar o processo eleitoral no Brasil, mas de chamar a atenção para o fato de que “há cada vez mais atores de fora – como a Cambridge Analytica⁵ – cujo trabalho é explorar as redes digitais para promover os candidatos que os contratam.” Neste contexto, empresas contratadas utilizariam dados pessoais dos usuários para criar mensagens direcionadas, de formas mais persuasivas, com base nas crenças e valores dos sujeitos.

Outra questão preocupante apresentada por Ruediger (2018) foi apontada no levantamento realizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP⁶), publicado em 2018, que identificou a presença de diferentes tipos de “robôs”, programados para funcionar de forma automatizada, gerenciando falsos perfis de usuários nas mídias sociais. Criados com o intuito de interferir nas discussões que transcorrem nas mídias sociais, estes **mecanismos** estariam sendo projetados para realizar interações automáticas ao identificar tópicos e discussões específicas de usuários, ampliando, desta forma, a relevância e consequente disseminação de conteúdo a partir de interesses específicos, para um maior número de pessoas. O estudo destacou ainda que estes “robôs” têm se apresentado cada vez mais sofisticados, com características cada vez mais “humanoides, o que tornam o seu comportamento mais complexo e dificultam a sua identificação.” (RUEDIGER, p. 7, 2018). A tabela a seguir demonstra o aumento da presença destes mecanismos em diferentes períodos:

⁵ A *Cambridge Analytica* é uma Empresa privada que combina mineração e análise de dados com comunicação estratégica para influenciar o comportamento do público (CAMBRIDGE ANALYTICA, 2018, tradução nossa).

⁶ A FGV DAPP tem como objetivo promover a pesquisa social aplicada no debate sobre políticas públicas e desenvolvimento do Estado brasileiro, em confluência com as novas tecnologias de informação e comunicação, promovendo a transparência e a inovação das relações com a sociedade. (FGV DAPP, 2018).

Tabela 1 - robôs nas mídias sociais

	Total de Contas	DAPP TOTAL					
		Verificados		Não Verificados		Robôs Identificados	
		total	(%)	total	(%)	total	(%)
Eleições 2014 1º Turno	320.091	320.091	100%	0	0%	4.863	1,52%
Eleições 2014 2º Turno	286.452	286.452	100%	0	0%	6.006	2,10%
Pró-Impeachment	383.469	383.469	100%	0	0%	5.822	1,52%
Eleições São Paulo	251.423	251.423	100%	0	0%	1.386	0,55%
Greve Geral	383.469	383.469	100%	0	0%	5.184	1,35%
Reforma Trabalhista	76.614	76.614	100%	0	0%	724	0,94%

Fonte: elaborado pela FGV DAPP.

Conforme observado, artefatos computacionais desenvolvidos com o intuito de disseminar a propagação destas notícias na Internet têm se aproveitado da lógica de programação dos ambientes em que estão inseridos, utilizando as características da Internet e das mídias sociais para propagar conteúdos específicos para o maior número de pessoas possível.

Neste contexto de interesses e realidades fragmentadas, que servem de combustível para a composição e disseminação das *Fake News*, uma educação de caráter crítico (FREIRE, 2002) contribuiria para elucidar as diversas intenções que podem estar ocultas nestas notícias, as quais reforçam interesses de grupos dominantes. Para o autor, a educação pressupõe escolhas, estando nós conscientes delas ou não. Carrega valores políticos enraizados, oriundos de disputas de poder, compondo e reforçando discursos dominantes sobre vozes que foram silenciadas. Nesta perspectiva, somente uma educação crítica, que reconheça a importância das culturas e de suas vozes, pode contribuir com o processo de emancipação dos sujeitos, que, através de uma visão mais clara de sua realidade, passam a ter condições de compreender, modificar e transformar o mundo em que vivem. A partir desses pressupostos, passaremos a uma breve apresentação do fenômeno *Fake News*.

Neste universo nebuloso de informações em que estamos imersos, no qual estas “falsas notícias” se utilizam de fragmentos de realidade e da confiança implícita das relações sociais que possuímos (WARDLE, 2017), uma Educação crítica para as mídias se apresenta como chave fundamental para uma

compreensão mais clara dos diversos interesses e motivações que norteiam as *Fake News*. Conforme observa Selwyn (2017), as tecnologias digitais já estão integradas em nossas vidas, nos mais variados ambientes e recursos, dos quais fazemos uso, modificando a forma como pensamos e agimos. Em função disso, o autor ressalta a importância de refletirmos que tais tecnologias, tão presentes em nossas vidas, também são parte de um negócio multibilionário, que atrai interesses de corporações globais que se beneficiam de diferentes maneiras, onde estes produtos são ofertados.

Wardle⁷ (2017) considera que caracterizar as *Fake News* apenas como notícias falsas é uma questão complicada. Para a autora, a expressão “notícia falsa” não consegue dar conta da dimensão e complexidade que estas notícias representam para abordar os diferentes tipos de “desinformação⁸”. Ainda na esteira de Wardle, as *Fake News* fazem parte de todo um “ecossistema”, um sistema de informações que, para ser entendido, depende da compreensão de três elementos: “1) Os diferentes tipos de conteúdo que estão sendo criados e compartilhados”; “2) As motivações de quem cria esse conteúdo”; “3) As formas como este conteúdo está sendo divulgado” (WARDLE, 2017, tradução nossa).

Para Wardle (2017), estamos vivendo uma “guerra da informação” e a maior parte das pessoas nem está consciente disso. Ao contrário das notícias falsas que dependiam de “tecnologias de transmissão ‘um-para-muitos’ [...] as redes sociais permitem que ‘átomos’ de propaganda sejam direcionados diretamente para usuários que têm maior probabilidade de aceitar e compartilhar uma mensagem em particular.” (WARDLE, 2017, tradução nossa). Estes “átomos”, notícias compartilhadas de forma ingênua, são propagados através de diversas formas: vídeos, notícias, ou até mesmo como uma brincadeira, como nos memes⁹, disseminando informações enganosas ou fabricadas. O compartilhamento destas informações através do meio tecnológico em que estão inseridas, aliado à confiança implícita dos usuários em suas redes de relacionamento, tem contribuído para que as *Fake News* alcancem um novo patamar, criando um “ecossistema” para causar desinformação (WARDLE, 2017; DELMAZO, VALENTE, 2018).

⁷ Claire Wardle é uma pesquisadora britânica, atual diretora do projeto First Draft do Centro Shorenstein de Mídia, Política e Políticas Públicas na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard. O First Draft tem como objetivo combater a desinformação on-line utilizando métodos baseados em pesquisas (FIRST DRAFT, 2017).

⁸ Disseminação de informações totalmente ou parcialmente falsas que podem colaborar na criação de falsas percepções dos sujeitos em relação ao tema abordado (WARDLE, 2017).

⁹ Memes são imagens virais da internet, normalmente acompanhadas de texto, que possuem como característica principal a utilização do humor. (RIBEIRO, p. 83, 2016).

Wardle (2017, tradução nossa) considera a existência de sete diferentes tipos de conteúdo problemáticos que fazem parte desse “ecossistema” para causar desinformação, os quais podem ser medidos em uma escala de intenção de enganar.

- **Sátiras e paródias** – criadas não necessariamente com a intenção de enganar, mas com potencial de serem interpretadas como verdadeiras;
- **Conteúdo enganoso** – utilização de informação enganosa para correlacioná-la ou enquadrá-la a uma questão ou indivíduo;
- **Conteúdo impostor** – utiliza-se de fontes genuínas para dar credibilidade, citando estudos ou pesquisas que não existem;
- **Conteúdo fabricado** – conteúdo totalmente falso criado para enganar e prejudicar;
- **Conexão falsa** – nos casos em que manchetes, recursos visuais ou legendas não são compatíveis com o conteúdo;
- **Contexto falso** – nos casos em que o conteúdo genuíno é compartilhado com informações contextuais falsas;
- **Conteúdo manipulado** – quando informações ou imagens genuínas são manipuladas para enganar.

Em relação aos **mecanismos** que colaboram com a disseminação das *Fake News*, além das motivações citadas anteriormente, Wardle (2017) considera que estas notícias se aproveitam de questões tecnológicas características do funcionamento das mídias sociais e de fatores psicológicos dos indivíduos que as utilizam, incluindo: “o uso de hashtags”, conectando recursos visuais que, independentemente do idioma e do tema abordado, permitem a sua entrada no fluxo de compartilhamento em assuntos diversos de grande visibilidade; “exaustão mental”, aspecto psicológico que nos leva a acreditar em informações repetidas que recebemos, funcionando como um atalho mental para a credibilidade; “confirmação de crenças”, característica que nos leva a tomar como verdadeiras informações que confirmem nossas crenças e atitudes.

Com o objetivo de analisar como as pessoas leem as informações na Internet, Nielsen (2007, tradução nossa) em sua pesquisa realizou três estudos, envolvendo um total de 81 usuários. O primeiro estudo contou com 11 usuários e teve como objetivo comparar o comportamento de leitura de usuários técnicos e não técnicos, constatando que não havia diferenças significativas na forma de leitura de um grupo e outro. O segundo estudo, realizado com

19 participantes (8 mulheres e 11 homens, com idades entre 21 e 59 anos), submeteu os usuários a diversas páginas na Internet com grandes quantidades de texto, buscando identificar padrões durante a leitura. Os resultados obtidos nas fases anteriores apresentaram padrões que serviram como base para o terceiro estudo (com 51 usuários com idades entre 22 e 69 anos), que buscou identificar o impacto de diferentes formas de organização textual para a leitura. Nesta etapa, foram criadas cinco variações de um site com características textuais distintas os quais foram testados.

A pesquisa conduzida através dos três estudos citados revelou que, quando expostas ao conteúdo, 79% das pessoas examinavam as novas páginas e informações apresentadas, mas apenas 16% destas faziam a leitura do conteúdo na íntegra, palavra por palavra. Outra questão revelada está relacionada à forma como o conteúdo é apresentado, impactando diretamente na leitura feita pelo usuário. Dentre os fatores percebidos que contribuem para uma leitura clara do conteúdo apresentado estão: “palavras-chave”, incluindo links de hipertexto em destaque, além de variações de cores e letras; “subtítulos”, chamadas ou resumos das notícias que devem ser colocados de forma simples e clara, que inibam os usuários de pensarem ou refletirem sobre o que está sendo dito; “listas com marcadores”, sinalizando de forma simples os tópicos abordados; “trabalhar com uma ideia por parágrafo”, devido à tendência observada nos usuários em pular qualquer ideia adicional que não seja percebida nas primeiras palavras do parágrafo; “o estilo pirâmide invertida”, devendo o texto começar pela sua conclusão ou parte mais importante da notícia, segundo o autor, comunicando de forma imediata o propósito do conteúdo; “textos curtos”, na percepção de que textos longos, quando lidos na Internet, tendem a ser ignorados (NIELSEN, 2007, tradução nossa).

Com o intuito de verificar a influência dos fatores levantados anteriormente, os pesquisadores desenvolveram cinco diferentes versões do mesmo site com diferentes formas de apresentação do conteúdo. A partir disso, foi analisada a melhoria da usabilidade com base em cinco medidas de desempenho, relacionadas a tempo, erros, memória e estrutura do site. Os padrões utilizados e resultados obtidos foram: “escrita promocional”, site com linguagem promocional, utilizado como fator controle, não houve melhoria (0%); “texto conciso”, informação curta e clara (58%); “uso de marcadores”, conteúdo dividido por tópicos utilizando marcadores (47%); “linguagem objetiva”, conteúdo neutro, sem exageros (27%); “versão combinada”, unificando todas as melhorias (124%) (NIELSEN, 1997, tradução nossa).

Pôde-se observar, em relação ao comportamento dos usuários,

que estes demonstram-se impacientes na leitura de informações através da Internet, percorrendo a tela como uma espécie de “digitalização” rápida do conteúdo. Durante a pesquisa, “vários participantes, enquanto digitalizavam o texto, liam apenas a primeira sentença de cada parágrafo. Isso sugere que as sentenças temáticas são importantes, assim como a regra [de abordar apenas] uma ideia por parágrafo.” (NIELSEN, 1997, tradução nossa). Textos longos, com rolagens de tela, se apresentaram como indesejáveis, fazendo com que as informações fossem ignoradas. Também foi possível observar que, ao visualizar as informações, as pessoas tendem a se concentrar no centro da tela, realizando uma varredura inicial no corpo do texto, ignorando – mesmo que inicialmente – as informações do cabeçalho e demais elementos de navegação.

No Brasil, motivado por interesses políticos, o fenômeno das *Fake News* vem ganhando força desde 2014, período em que, segundo análise do Atlantic Council¹⁰, o engajamento da “informação inverídica supera o conteúdo factual” (BANDEIRA, 2018). Durante o levantamento realizado, foram analisados 20 artigos que tratam do tema da corrupção no Brasil, sugerindo três questões centrais: o “tipo de conteúdo”, o qual vem sendo criado e compartilhado; “a motivação”, na identificação dos objetivos; “a distribuição”, na forma como os artigos foram disseminados.

Sobre a motivação para a criação e disseminação do conteúdo, foi identificado que a maioria dos sites analisados “trabalhavam exclusivamente com noticiário político, o que sugere que seu maior objetivo é influenciar pessoas politicamente.” (BANDEIRA, 2018). Outra consideração está relacionada às más práticas do jornalismo, na checagem inadequada dos fatos, devido a pressões internas por resultados e na busca constante por cliques.

No que se refere à distribuição do “conteúdo”, foram identificados dois grupos com perfis distintos, os quais contribuíram com a propagação. No primeiro grupo, que representa a maioria dos compartilhamentos, estão as pessoas que compartilharam o conteúdo sem verificar sua autenticidade. Já o segundo grupo envolve um conjunto de redes organizadas com objetivos específicos de manipulação. Estas redes estariam se aproveitando de um cenário de extrema polarização política no país, o qual se encontra dividido em “dois grupos principais: à direita, grupos anticorrupção e às vezes pró-militares; e à esquerda, grupos pró-Lula e ligados à defesa de causas sociais.” (BANDEIRA, 2018).

O cenário das eleições presidenciais de 2018 também foi marcado

¹⁰ Conselho formado por especialistas de diversos países, com o objetivo de discutir questões políticas e econômicas – com base em pesquisas – para o enfrentamento dos desafios globais. (ATLANTIC COUNCIL, 2018).

pela disseminação destas notícias, demonstrando-nos o seu potencial para corromper o processo democrático, através do direcionamento de nossas escolhas, bem como a incapacidade do Estado e das políticas públicas em compreender e abordar o fenômeno. Neste contexto de instabilidade política e econômica em que o país se encontra, as *Fake News* vêm sendo utilizadas para a disseminação de “realidades” falsas ou distorcidas, que, aliadas ao ambiente tecnológico em que se apresentam e a credibilidade implícita dada ao usuário por sua rede de relacionamentos, encontraram um ambiente propício para a sua propagação.

Abordagens pedagógicas e o papel da Educação

Como visto até aqui, a complexidade do fenômeno abordado demanda diferentes referenciais para compreender e problematizar as *Fake News* nos diversos aspectos levantados. Neste sentido a educação assumiria um papel de vital importância para a identificação, reflexão e ação diante do fenômeno.

Buckingham (2010) discute os desafios da educação nas culturas digitais. Para o autor, ao contrário da crença de que as novas tecnologias tornariam as práticas tradicionais da educação ultrapassadas, estas agora assumem papel de vital importância no despertar crítico dos jovens quanto ao uso das chamadas tecnologias digitais. Neste contexto, o autor considera necessário repensar as práticas educacionais dentro de uma perspectiva crítica, num ambiente de participação, criação e colaboração mútua entre educandos e educadores, em que para educar é necessário aprender e, ao aprender, também se educa.

Assim como discutido por Selwyn (2017), quanto à necessidade de diálogos mais críticos sobre o uso das tecnologias, Buckingham (2010) observa que há uma polarização de ideias acerca do uso das tecnologias, ora consideradas de forma otimista – como empoderadoras e libertadoras dos jovens –, possibilitando práticas educacionais mais flexíveis e centradas nos educandos, ora de forma pessimista, como ferramentas que promovem a desigualdade, por não oferecerem as mesmas oportunidades de acesso e participação nas novas mídias para todos.

Buckingham (2010) recomenda cautela com a retórica da geração digital por observá-la imersa em interesses comerciais e ideológicos nos quais diferentes atores se beneficiam de diversas maneiras. Em sua visão, tais interesses tendem a disseminar ideias baseadas no determinismo tecnológico e na concepção de que somente as tecnologias em si podem resolver os problemas da sociedade. Ao abordar a questão do letramento para o uso das mídias

digitais, o autor considera que apenas o fato de as pessoas estarem imersas no ambiente dessas tecnologias não é suficiente para a real compreensão de seu uso, concluindo que:

o letramento digital é bem mais do que uma questão funcional de aprender a usar o computador e o teclado, ou fazer pesquisas na web [...] como com a imprensa, elas também precisam ser capazes de avaliar e usar a informação de forma crítica se quiserem transformá-la em conhecimento. Isso significa fazer perguntas sobre as fontes dessa informação, os interesses de seus produtores e as formas como ela representa o mundo, compreendendo como estes desenvolvimentos tecnológicos estão relacionados a forças sociais, políticas e econômicas mais amplas.” (BUCKINGHAM, 2010, p. 49).

No contexto apresentado pelo autor, o letramento digital não deve ser compreendido apenas como o desenvolvimento de habilidades específicas para o uso das mídias e compartilhamento de informações. O processo de letramento digital deve ser pensado a partir de uma perspectiva mais ampla, como uma aquisição da fluência na linguagem das mídias. Para que isso ocorra, Buckingham (2010) defende ser necessário um profundo envolvimento dos educandos e educadores com todas as questões e etapas envolvidas no processo, desde a análise, interpretação, criação e veiculação das informações que serão disseminadas, bem como uma ampla compreensão das diversas culturas, políticas e forças sociais envolvidas em múltiplos contextos.

Soares (2011, p. 15) conceitua a educomunicação segundo a óptica do Núcleo de Comunicação e Educação da USP (NCE/USP), como sendo um “campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação”. Para o autor, a educomunicação como proposta educacional se apresenta como um caminho de renovação das práticas sociais, por meio da ampliação das condições de expressão dos sujeitos – em especial para a infância e a juventude –, cujas interações sociais se encontram cada vez mais permeadas pelas chamadas tecnologias digitais.

Observa Soares (2011), que toda a produção contemporânea é essencialmente simbólica, conectada a seu tempo e espaço, onde a construção de significados é permanentemente negociada. Desta forma, uma participação ativa e cidadã dos sujeitos na sociedade depende da compreensão e domínio de linguagens, incluindo seus aspectos simbólicos, utilizados como instrumentos de comunicação e negociação de sentidos. Com o intuito de evitar uma revisão reducionista da abordagem, o autor propõe que a relação da educomunicação

seja pensada em três esferas distintas: “1ª No âmbito da gestão escolar”, buscando rever as práticas comunicativas entre direção, alunos e professores no ambiente educativo; “2ª No âmbito disciplinar”, incorporando códigos, linguagens e tecnologias como parte do currículo; “3ª No âmbito transdisciplinar”, visando o uso coletivo, participativo e solidário de recursos de comunicação, por meio de projetos educacionais que possam aprofundar o conhecimento de todos os envolvidos e modificar o mundo à sua volta (SOARES, 2011, p. 18-19).

Belloni (2018, p. 41) observa que a mídia-educação ou educação para as mídias, ou ainda no inglês *media education* começa a figurar como proposta educacional em organismos internacionais como a UNESCO na década de 1960, trazendo como proposta inicial a ampliação do acesso à educação por meio do uso dos meios de comunicação em massa. Neste período, em função de sua proposta inicial de caráter limitado centrada na questão da educação a distância, observa a autora o aparecimento de diferentes termos para denominá-la em função de seu potencial midiático, incluindo “tecnologia educacional” e “teleducação”.

Neste mesmo período, Identifica Belloni (2018, p. 41) que no meio acadêmico a mídia-educação teria uma proposta diferenciada, em que, sob a perspectiva dos educadores e intelectuais, eram observados “os riscos de manipulação política, comercial e publicitária e a conseqüente necessidade de desenvolver abordagens críticas e promover leituras críticas dos conteúdos”. Atualmente conceituada:

Em sua acepção mais ampla, mídia-educação é um conjunto de conhecimentos teóricos e de práticas educativas que visam estimular e propiciar a reflexão sobre as relações dos indivíduos, especialmente crianças e adolescentes, com as mídias e a criar condições para a apropriação crítica e criativa destes meios de comunicação e informação (BELLONI, 2018, p. 37-38).

Para a autora a mídia-educação deve ser vista como elemento essencial nos processos de socialização não apenas para jovens, considerando-a de vital importância para todas as gerações ao longo de toda a vida – para sua efetiva participação na sociedade – de forma crítica e cidadã. Sobre as diversas mídias utilizadas na sociedade, observa ainda que tais tecnologias fazem parte da cultura contemporânea, não apenas como meras ferramentas ou artefatos a serem utilizados, compreendendo que estas “desempenham papéis cada vez mais importantes, sua apropriação crítica e criativa sendo, pois imprescindível

para o exercício da cidadania” (BELLONI, 2018, p. 37). Em relação ao potencial das mídias sociais na Internet, entende Belloni (2018) que estas propiciam um espaço no qual todos são virtualmente iguais, no que se refere à possibilidade dos sujeitos expressarem suas ideias e opiniões. Neste sentido reconhece a autora que a questão fundamental sobre a qual se deve refletir relaciona-se às possíveis formas nas quais os processos educacionais e comunicacionais podem ser integrados a estas tecnologias, o que deve ser visto de forma constante e natural. Nesta integração, considera Belloni (2018) ser de vital importância a compreensão das diversas relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos, incluindo: alunos, professores, produtores e demais envolvidos. Para que isso ocorra, é necessário que sejam compreendidas as diversas representações destes sujeitos e de seus símbolos e linguagens, instrumentos por meio dos quais constroem e percebem o mundo.

Kellner e Share (2008, p. 691) compreendem a “alfabetização crítica da mídia [como] uma resposta educacional que amplia a noção de alfabetização, incluindo diferentes formas de comunicação de massa, cultura popular e novas tecnologias”, concordando com visão ampliada acerca do “letramento digital” proposta por Buckingham (2010), segundo a qual somente com o desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente as relações entre a mídia, audiências, informação e poder, os usuários estarão aptos a entender as reais intenções e significados que permeiam todos estes processos.

Segundo Buckingham (2010, p. 50-51), existem quatro aspectos sociais essenciais para o letramento midiático: “A representação”, na compreensão das mídias digitais como representações do mundo, com interpretações parciais da realidade e que, em função disso, são alimentadas por valores e ideologias implícitas; “Língua”, em que para ser considerado letrado em mídias digitais, o indivíduo não apenas compreende seu uso, mas seu funcionamento. Pressupõe-se como habilidade do usuário letrado a compreensão do código, seu funcionamento e estrutura; “Produção”, envolvendo o conhecimento contextual em que o conteúdo é produzido, incluindo os interesses, vozes, influências e os objetivos das publicações; “Audiência”, relacionado à autoconsciência do educando como usuário de que está sujeito a manipulações por interesses e direcionamentos das mídias por ele utilizadas.

Sobre a educação para as mídias, Kellner e Share (2008) consideram que seus avanços não vieram apenas de um campo do conhecimento, mas de um olhar amplo a partir de diversas compreensões conceituais. Apesar dos diversos conceitos gerados em diferentes olhares e compreensões, os autores consideram a existência de pelo menos cinco elementos básicos presentes em

cada um deles: “1) o reconhecimento da construção da mídia e da comunicação como um processo social”, no entendimento de que nenhuma produção é isenta de valores e intencionalidade; “2) algum tipo de análise textual que explore as linguagens, gêneros, códigos e convenções do texto”, na compreensão da essência dos códigos, símbolos e ambiente em que são observados; “3) uma exploração do papel das audiências na negociação de significados”, relacionado à autoconsciência do usuário sobre possíveis interesses e manipulações no ambiente das mídias utilizadas; “4) a problematização do processo da representação para revelar e colocar em discussão questões de ideologia, poder e prazer”, compreendendo que, no processo de disputas de poder, nem todas as vozes são ouvidas; “5) a análise da produção, das instituições e da economia política que motivam e estruturam as indústrias de mídia como negócios corporativos em busca de lucro”, em que há interesses comerciais diversos de instituições que se beneficiam de diferentes formas (KELLNER; SHARE, 2008).

Para explicar os elementos necessários à alfabetização crítica da mídia, Kellner e Share (2008) dividem o campo da pedagogia midiática em quatro abordagens: “abordagem protecionista”, baseada no medo da mídia em sua capacidade de manipular e causar dependências nas pessoas; “arte midiática”, em que os educandos são incentivados a elaborar criações como expressões artísticas a partir das mídias; “como prática social integrada e de comunicação”, que amplia a noção de alfabetização por meio de práticas que utilizem diversos tipos de mídia para o desenvolvimento de competências comunicativas; “pedagogia transformadora”, baseada na reflexão da ação, rejeita a ideia da neutralidade da educação e comunicação (KELLNER; SHARE, 2008, p. 698-701).

Garcia, Seglem e Share (2013) compreendem a alfabetização crítica da mídia como “uma resposta educacional progressiva que expande a noção de alfabetização para incluir diferentes formas de comunicação de massa, cultura popular e novas tecnologias e também aprofunda a alfabetização para analisar, criticamente, as relações entre mídia e público, informação e poder.” (GARCIA; SEGLEM; SHARE, 2013, p. 111, tradução nossa).

Os autores ainda oferecem exemplos de atividades que vêm desenvolvendo com jovens e professores do ensino médio. De acordo com eles, mais do que ensinar os alunos a analisar e interpretar os textos que encontram, a alfabetização midiática deve promover o desvelamento de estruturas de poder que estão presentes no contexto da mídia.

Em um primeiro momento, por exemplo, educadores podem convidar seus educandos a analisar, em pares, diferentes capítulos de uma determinada

matéria. Com a divisão dos temas propostos, solicitam aos grupos que vasculhem notícias de todo o mundo, as quais pudessem sintetizar as ideias de seus respectivos temas. A partir do que for encontrado, os educandos criam apresentações próprias, utilizando um software de apresentação compartilhada na Internet, como o Prezi¹¹.

Na forma como o trabalho foi conduzido, explorando notícias de lugares variados, os alunos estariam se deparando com diferentes percepções da informação obtidas sob diferentes ópticas, enfoques e interesses. Além disso, a própria escolha dos alunos na coleta permitiria ao professor uma maior compreensão da realidade desses educandos, contribuindo nas adequações e remodelagens das práticas a partir do entendimento das realidades dos educandos conforme abordado por Freire (2002, 2005). Outro ponto a ser destacado refere-se à produção e à veiculação deste conteúdo a partir de um artefato tecnológico escolhido, neste caso, o Prezi. Isso permitiria trazer uma maior compreensão por parte dos educandos acerca do processo como um todo, na compreensão das escolhas dos enfoques e abordagens das notícias, no entendimento de como as tecnologias e processos que a envolvem e influenciam na elaboração do conteúdo apresentado, nas limitações impostas pelo código, na capacidade de expressar o pensamento e, na veiculação dos seus trabalhos, trazer à reflexão de que o que foi produzido aos olhos da audiência também será reinterpretado e ressignificado a partir de suas realidades e visões de mundo.

Aprofundando esta ação inicial, realizada com o propósito de contribuir com a criticidade dos alunos acerca das diversas influências e interesses nos conteúdos produzidos, Garcia, Seglem e Share (2013) propõem trabalhar a formação crítica da alfabetização na mídia com ênfase na produção de conteúdo, com o intuito de propiciar que os educandos possam passar de telespectadores para produtores críticos. Pretende-se nesta fase expandir o olhar dos educandos na alfabetização como algo maior, ampliando sua compreensão das diversas representações sociais na produção textual, envolvendo arte e cultura a partir de diferentes tipos de mídia, apresentando novas formas de produção de conteúdo. Educadores nesta abordagem devem encorajar o uso de novas tecnologias que permitam aos educandos perceber, conhecer, analisar e decidir, por eles mesmos, novas formas de se expressarem como produtores. As limitações quanto às formas de se expressarem, comentadas na primeira abordagem, estariam aqui sendo trabalhadas.

Nem todos os conteúdos produzidos pelos alunos podem articular

¹¹ Software que permite criar e compartilhar apresentações através da Internet (PREZI, 2018).

perspectivas críticas. Algumas representações encontradas podem estar ligadas a estereótipos da propaganda, aos quais os educandos têm sido submetidos. Nesta fase de transição para o despertar crítico, é importante que os educadores percebam quais são estes estereótipos e desenvolvam atividades que os problematizem. A tentativa de aproximar os alunos de uma postura ativa como produtores permite que estes desenvolvam suas habilidades criativas e, com isso, contribuam para a transformação da sociedade. No entanto, enquanto estiverem presos às representações existentes na sociedade, apenas conseguirão replicar o mesmo mundo, valores e ideologias já existentes (GARCIA; SEGLEM; SHARE, 2013).

Em uma perspectiva emancipatória, os alunos contribuem criticamente como agentes das mudanças necessárias para transformações sociais mais igualitárias. Neste sentido de repensar e questionar as desigualdades pela alfabetização crítica da mídia, “os educadores de justiça social podem trazer perguntas sobre racismo, homofobia, classismo, sexismo [...] e, com isso, examinar a mídia e a cultura popular que os alunos estão vendo, ouvindo e usando todos os dias.” (GARCIA; SEGLEM; SHARE, 2013, p. 112, tradução nossa).

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar reflexões iniciais sobre o “fenômeno *Fake News*” e abordagens teórico-metodológicas possíveis de serem adotadas pelos educadores e agentes sociais que possam fazer enfrentamento por meio da educação. Conforme observado ao longo deste artigo, as *Fake News* se apresentam como um fenômeno complexo, cuja compreensão depende de uma abordagem a partir de diferentes sujeitos e culturas. No âmbito da Educação, práticas que permitam trabalhar o desenvolvimento crítico dos educandos diante das tecnologias e mídias possibilitariam melhor problematizar este fenômeno e suas implicações sociais.

As abordagens pedagógicas aqui apresentadas podem representar caminhos para propostas educacionais desenvolvidas no âmbito dos currículos. Oficinas também podem ser criadas por meio de atividades complementares, procurando abordar as características técnicas das *Fake News* discutidas por Wardle (2017), bem como questões inerentes ao estudo de interfaces que impactam na percepção dos sujeitos em relação ao conteúdo exploradas por Nielsen (1997). De uma forma ou de outra, percebe-se a necessidade de uma permanente alfabetização crítica para as mídias, com as mídias e pelas mídias (GARCIA; SEGLEM; SHARE, 2013) e a ampliação do

diálogo acerca de suas implicações para a sociedade (FREIRE, 2002; SELWYN, 2017; MOROZOV apud ROSSI, 2018).

Referências

ANPED. *Exposição de Motivos: BNCC-EM*. 2018. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/anped_contra_bncc_em_para_cne_maio_2018.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ATLANTIC COUNCIL. *History*. Disponível em: <<http://www.atlanticcouncil.org/about/history>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: noção e evolução conceitual, tendências e bases pedagógicas. In: MILL, Daniel; SANTIAGO, Glauber, SANTOS, Marilde; DOUGLAS, Pini. *Educação e Tecnologias: reflexões e contribuições teórico-práticas*. 1. ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2018. p. 35-58.

BRASIL. Ministério Público Eleitoral. *Instrução Normativa*. N.05. 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/InstruoNormativa-518PREs.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BUCKINGHAM, David. *Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização*. Educação & Realidade, v. 35, n. 3, 2010, p. 37-58. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227078004>>. Acesso em: 14 out 2018.

CAMBRIDGE ANALYTICA. Disponível em: <<https://cambridgeanalytica.org/>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

CAMAROTTO, Murilo. *PGR divulga manual para o combate a Fake News e violência*. Valor Econômico, Brasília, 12 out. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/5918553/pgr-divulga-manual-para-o-combate-fake-news-e-violencia>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. *Fake News nas redes sociais online: propagação e desinformação em busca de cliques*. Media & Jornalismo, v. 18, n. 32, 2018, p. 155-169. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/mj/v18n32/v18n32a12.pdf>>. Acesso em: 03 out 2018.

CASTRO, João; ROSSI, Mariane. *Marido diz que mulher foi espancada por causa de boato em rede social*. G1, Santos, 05 mai. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/marido-diz-que-mulher-foi-espancada-por-causa-de-boato-em-rede-social.html>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FAGUNDEZ, Ingrid. *Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula*. BBC Brasil, São Paulo, 05 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46006167>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FERNANDES, Talita. *Bolsonaro lamenta agressões, mas diz não controlar apoiadores*. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-lamenta-agressoes-mas-diz-nao-controlar-apoiadores.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

FGV DAPP. *Diretoria de Análise de Políticas Públicas*. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/fgv-dapp>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

FIRST DRAFT, 2017. Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy at Harvard University's John F. Kennedy School of Government. Disponível em: <<https://firstdraftnews.org/about/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 11. ed., 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 25. ed., 2002.

GARCIA, Antero.; SEGLEM, Robyn.; SHARE, Jeff. *Transforming Teaching and Learning Through Critical Media Literacy Pedagogy*. Learning Landscapes, v. 6, n. 2, 2013, p. 109–124. Disponível em: <<https://www.learninglandscapes.ca/index.php/learnland/article/view/Transforming-Teaching-and-Learning-Through-Critical-Media-Literacy-Pedagogy/608>>. Acesso em: 14 out 2018.

KELLNER, Douglas.; SHARE, Jeff. *Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação*. Educação & Sociedade, v. 29, n. 104, 2008, p. 687–715. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314209004>>. Acesso em: 13 out 2018.

KELLNER, Douglas; KAHN, Richard. *Reconstruindo a tecnoliteracia: uma abordagem de múltiplas literacias*. Comunicação & Educação, v. 20, n. 2, p. 57, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/102156/103979>>. Acesso em: 13 nov 2018.

NIELSEN, Jakob. *How users read on the Web*. Nielsen Norman Group, 1997. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/how-users-read-on-the-web/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

NIELSEN, Jakob. *Concise, scannable, and objective: how to write for the Web*. Nielsen Norman Group, 1997. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/>>

articles/concise-scannable-and-objective-how-to-write-for-the-web/>. Acesso em: 21 out. 2018.

PREZI. *Software de Apresentação Online*. Prezi. Disponível em: <<https://prezi.com/>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

ROSSI, Amanda. *Empresas que permitem disseminação de Fake News devem ser multadas, diz um dos principais teóricos sobre a relação entre política e tecnologia*. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-46067403>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: O conceito, o profissional a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, 2011.

PERON, Isabela.; MARTINS, Luísa. *Procuradora-geral e MPE debatem saída para agressões ligadas à eleição*. Valor Econômico, Brasília, 11 out. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/5917799/procuradora-geral-e-mpe-debatem-saida-para-agressoes-ligadas-eleicao>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

RIBEIRO, Laura. *Glossário de Redes Sociais: 176 termos que você precisa conhecer*. Marketing de Conteúdo, 2016. Disponível em: <<https://marketingdeconteudo.com/glossario-de-redes-sociais/>>. Acesso em: 6 out. 2018.

ROSSI, Mariane. *Mulher espancada após boatos em rede social morre em Guarujá, SP*. G1, Santos, 05 mai. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

RUEDIGER, M. A. *Robôs, redes sociais e política no Brasil: casos de interferências ilegítimas no debate público por automação de perfis* [Caderno de referência] .Vol. 2. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

BANDEIRA, Luiza. *#ElectionWatch: Informação inverídica supera conteúdo factual*. Sala de Democracia Digital - FGV DAPP, 2018. Disponível em: <<https://observa2018.com.br/posts/electionwatch-informacao-inveridica-supera-conteudo-factual-em-debate-sobre-corrupcao/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

SELWYN, Neil. *Um panorama dos estudos críticos em educação e tecnologias digitais*. In ROCHA, C. ; El Kadri, M. ; J. (eds). Dialogos sobre tecnologia educacional. Sao Paulo, Pontes, 2017, p. 5-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.31235/osf.io/5pu3x>>. Acesso em: 17 set. 2018. 1. Ed. Disponível em: <<https://ticpe.files.wordpress.com/2017/04/ebook-ticpe-2017.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

WARDLE, Claire. *Fake News. It's complicated*. First Draft News, 2017. Disponível em: <<https://firstdraftnews.org:443/fake-news-complicated/>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Data de recebimento: 15.07.2019

Data de aceite: 08.07.2020